

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019



Conteúdo	Página
Relatório do Conselho de Administração	1 – 4
Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração	5
Relatório do Auditor Independente	6 – 7
Balanço	8
Demonstração dos resultados por naturezas	9
Demonstração das variações no capital próprio	10
Demonstrações de fluxos de caixa	11
Notas às demonstrações financeiras	12 – 53

O presente relatório tem por objectivo divulgar as principais realizações e os resultados económico-financeiros da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM), no exercício económico do ano de 2019, o qual, foi preparado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

O ano de 2019 configura-se como segundo ano da implementação do plano estratégico definido pelo Conselho de Administração do CFM para o triénio 2018-2020 numa linha de investimento global avaliado em pouco mais de USD 500 milhões, tendo como objectivo principal, dentre outros, incrementar o tráfego ferroviário de 10.8 milhões de toneladas em 2018 para 19.4 milhões em 2020, incremento da capacidade do porto de Beira por via de dragagens, aquisição de Rebocadores e VTS (*Vessel Tracking System*), bem como aquisição do Equipamento Portuário e reabilitação da infraestrutura do Porto de Pemba.

O sistema ferro portuário sob gestão do CFM associado ao segundo ano da implementação do Plano de Acções Estratégicas, logrou o alcance de resultado líquido do exercício positivo na ordem de 2.2 mil milhões de meticais não obstante a atipicidade que caracterizou o ano de 2019, o qual foi negativamente afectado por diversos factores externos e internos de que a empresa se ressentiu, tendo em conta o seu papel na cadeia logística de mercadorias no seu todo, daqueles factores destacam-se, nomeadamente:

- A tensão comercial e geopolítica entre as principais economias mundiais Estados Unidos da América e República da China;
- A queda do preço de carvão térmico no mercado internacional;

A crise económica do Zimbabwe caracterizada pela escassez de moeda externa e consequente redução acentuada tanto das importações e exportações de mercadorias;

Factores climáticos – em que o País foi severamente afectado pelos ciclones IDAI e KENETH que fustigaram o país no primeiro semestre do ano, causando a destruição de infraestruturas ferro-portuárias e a devida interrupção das actividades .

Contudo, o CFM durante o ano de 2019 investiu cerca de 3.3 mil milhões de meticais dos quais 60% foi direccionado para o incremento do material circulante (Locomotivas e Vagões) e Equipamentos Portuários. Os investimentos de grande vulto foram: a) Aquisição de 5 locomotivas; b) Aquisição de 300 vagões; c) Aquisição de 2 Rebocadores e 1 barco piloto; d) Aquisição de carris e aparelhos de mudança de via para o sistema Ferroviário Sul; e) Instalação de um sistema de controlo de navios no porto da Beira (*Vessel Tracking System* – VTS) ; f) Compra de equipamento de manuseamento portuário para o Porto de Pemba, nomeadamente 1 Forklift e 1 *Reachstaker*, g) Recompra de 5 Locomotivas da Xitimela e bem como melhoramento de Infraestruturas portuárias dentre outros investimentos ainda em curso.

O desempenho operacional do CFM do exercício de 2019 é caracterizado através da análise das operações ferroviária e portuária, embora separadas, salienta-se que as mesmas são interdependentes e complementares.

A actividade ferroviária global, de Janeiro a Dezembro de 2019 registou o transporte de cerca de 21 milhões de toneladas líquidas, contra cerca de 24 milhões transportadas em 2018, representando uma redução em torno de 13% e um nível de execução de 70% em relação ao planificado. Nas linhas operadas pelo CFM, de Janeiro a Dezembro de 2019, transportou-se cerca de 11.3 milhões de toneladas líquidas contra 11.4 milhões transportadas em 2018, que corresponde a uma realização de 80% em relação ao plano.

O fraco desempenho do sistema Ferroviário deveu-se fundamentalmente a problemas de volatilidade dos preços das *commodities* no mercado internacional, agregado também a fraca produção na mina de carvão da Vale em Tete (Corredor do Norte), da necessidade de reabilitação da linha de Machipanda para melhoria do tempo de trânsito e consequentemente a sua produtividade e segurança, crise da economia do Zimbabwe associada aos problemas de conectividade das linhas férreas sob gestão do *National Railways of Zimbabwe* (NRZ), bem como a falta de material circulante afecto na linha de Sena.

Em termos de transporte de Passageiros - no período em análise, no sistema sob gestão do CFM transportou-se 7.4 milhões de passageiros contra 8.3 milhões registados em igual período do ano anterior, que corresponde a uma redução de 11% devido a insuficiência das carruagens bem como o incremento de oferta de outros modos de transporte nomeadamente rodoviários como o Metro-Bus, a introdução do sistema da bilhética (sistema de gestão electrónica da bilheteira) e vedação das principais estações ferroviárias que, combinadas, trouxeram melhor controlo na limitação da lotação de passageiros por carruagem para conferir viagens com maior comodidade e segurança ferroviária.

No que tange à área Portuária, sob ponto de vista global, registou um nível de execução de 80% do Plano e um decréscimo de 3% em relação ao período anterior, ao ter registado 45 milhões de toneladas métricas (mtm) manuseadas, contra 46 mtm registadas em 2018.

Relativamente aos terminais portuários sob gestão do CFM, foram manuseadas 9.0 mtm em 2019 contra 8 milhões manuseadas em 2018, o que representa um crescimento em torno de 19% e uma execução de 98% em relação ao plano anual.

Em termos económico-financeiros o desempenho em 2019 foi o seguinte:

- As Vendas e Serviços Prestados, durante o exercício económico em análise, situaram-se em 13.1 mil milhões de Meticais contra 12 mil milhões de Meticais registados em 2018;
- Os Gastos e perdas durante o período de Janeiro a Dezembro situaram-se em 15.4 Mil milhões de Meticais contra 15.7 em 2018, representando uma redução das despesas no ano de 2019 na ordem de apenas 2% devido fundamentalmente aos custos na reposição de prejuízos causados pelo ciclone IDAI, a manutenção pesada das linhas férreas de Machipanda (ate I semestre), Limpopo, Ressano Garcia e Goba.
- Os Resultados Operacionais em 2019 foram de 1.3 mil milhões de Meticais, contra cerca de 1.6 mil milhões de Meticais de 2018, representando uma redução de cerca de 14% e de uma realização do plano de 37%.
- Os Resultados Financeiros neste período situaram-se em cerca de 1.9 mil milhões de Meticais, que comparados aos cerca de 1,0mil milhões de Meticais realizados em 2018, representam um crescimento em cerca de 72% e um grau de realização de 135% do plano.
- Os Resultados Antes dos Impostos, incluindo os resultados financeiros, foram cerca de 3.1 mil milhões de Meticais, contra cerca de 2.7 mil milhões de Meticais registados no igual período de 2018, representando um crescimento em 21% e uma realização de 76% em relação ao planificado.
- Os Resultados Líquidos do Exercício foram de 2.2 mil milhões de Meticais contra 2 mil milhões de Meticais registados no período homólogo de 2018, o que representa 8% de decréscimo.



Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, no âmbito das medidas de contenção de gastos face à conjuntura económica do país, continuou o processo de monitoria das mesmas, destacando a redução e racionalização dos custos operacionais: i) Melhoramento contínuo no controlo de consumo de combustíveis na operação; ii) Controlo dos custos de aluguer do material circulante (vagões e Locomotivas); iii) Controlo dos custos das manutenções; iv) Redução dos custos elevados com as comunicações através da implementação da rede interna de fibra óptica para Sede e CFM-Sul.

Entretanto face aos prejuízos causados pelos dois ciclones, o Conselho de administração viu-se na contingência de realizar despesas significativas não previstas para reposição de parte das infraestruturas destruídas pelo impacto dos ciclones IDAI e Keneth para garantir a continuidade das suas operações ferro-portuárias bem como no apoio social dos trabalhadores afectados directamente com os efeitos destes dois desastres naturais que assolaram as regiões centro e norte do País.

Em termos de Responsabilidade Social em 2019, como tem sido apanágio, o CFM participou em várias acções, principalmente nas áreas de promoção da Saúde, Educação, Desporto, Cultura e Artes.

O sector da **Saúde** tem merecido o apoio do CFM através de acções que passam pelo apetrechamento e construção de hospitais, fornecimento de apoio à realização de convénios médicos internacionais no nosso país e apoio para tratamento médico. A promoção de Feiras de saúde é iniciativa marcante na componente Responsabilidade Social do CFM, divulgação em eventos promovidos pelo CFM de mensagens para a promoção da saúde e bem-estar como foi o caso do Fórum Nacional de Leguminosas uma iniciativa do Governo inserida no Plano Quinquenal no que tange à garantia de segurança alimentar às populações.

Na **área de Educação**, o CFM lançou um concurso interno para os trabalhadores designado "FAÇA CRESCER E CRESÇA TAMBEM". Este concurso teve como objectivos: i) Estimular, incentivar e apoiar ideias inovadoras e iniciativas tendentes a impulsionar a produtividade da empresa; ii) Desafiar os trabalhadores do CFM a desempenhar um papel pró-activo na procura de soluções para os diversos problemas que a Empresa encerra no seu dia-a-dia; iii) Colocar o trabalhador como centro da resolução dos problemas da empresa. Na sua fase piloto, em Outubro do ano em análise foram recebidos vários projectos tendo sido premiados 5 com base em critérios previamente divulgados no respectivo regulamento do concurso. Por outro lado, a empresa construiu Salas de aulas, sanitários, campo de futebol e respectiva vedação, na escola primária completa de Nantaca, situada no distrito de Eráti em Cabo Delgado.

Na componente **desportiva** destaca-se ainda a continuidade dos apoios directos aos 5 Clubes Ferroviários de Moçambique, à Liga moçambicana de futebol, ao Campeonato Africano de Xadrez, à participação Nacional no Campeonato Mundial de Basquetebol; bem como apoios para a sustentabilidade e realização dos Jogos Desportivos Escolares.

Na componente de desenvolvimento das **Artes e da Cultura**, o CFM assume-se como mecenas das artes e cultura. Assim, na valorização desta categoria cultural apoiou o lançamento de várias obras literárias bem como obras relacionadas com as políticas do Ensino Superior em Moçambique. Ainda nesta vertente social, o CFM apoiou a publicação de obras literárias de conceituados escritores e a nova geração de escritores moçambicanos, bem como a publicação de livros que relatam vida e obra dos combatentes da Luta de Libertação Nacional

Relatório do Conselho de Administração



Na vertente de transporte de passageiros (como acção de Responsabilidade Social), continua subsidiando o custo do transporte por passageiro na ordem de 85%. Por outro lado, o CFM tem desenvolvido acções com vista ao melhoramento do défice entre os proveitos e os custos operacionais, tais como: (i) reajustamento tarifário em regime win win, (ii) vedação das Estações e controlo de acessos com vista a garantir que todos passageiros adquirem bilhetes; (iii) introdução de um novo sistema de comboios auto-traccionados para passageiros iv) introdução de escolta policial aos comboios de passageiros, para garantir maior segurança, v) introdução de um sistema de bilhética electrónica a nível dos principais estações de comboio.

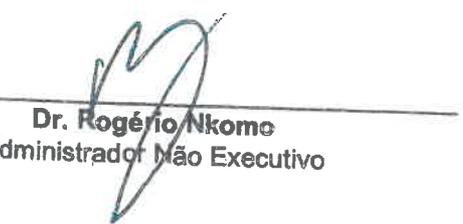
É de salientar que nos últimos tempos, a empresa tem vindo a receber pedidos de apoio financeiro e patrocínio, vindos de pessoas singulares e colectivas trazendo projectos de vária natureza, alguns dos quais fora das linhas de acção da empresa e de certa forma com grande impacto social, que tem merecido nosso apoio e acarinamento.

Maputo, 13 de Abril de 2020

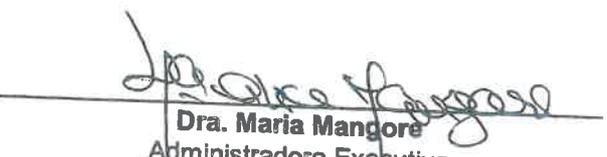

Eng. Miguel Matabel
Presidente do Conselho de Administração

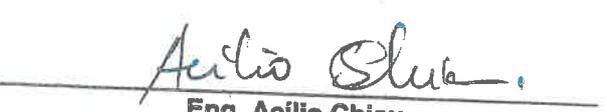

Eng. Agostinho Langa Júnior
Administrador Executivo


Eng. Anísio Bainha
Administrador Executivo


Dr. Rogério Nkomo
Administrador Não Executivo


Dr. Joaquim Zucule
Administrador Executivo


Dra. Maria Mangore
Administradora Executiva


Eng. Acílio Chiau
Administrador Não Executivo

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

A Administração é responsável pela preparação, integralidade e apresentação apropriada das demonstrações financeiras dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

As demonstrações financeiras foram auditadas pelos auditores independentes Deloitte & Touche (Moçambique), Lda., aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos da empresa e respectiva documentação de suporte assim como todos os contratos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião dos referidos auditores independentes está apresentada nas páginas 6 a 7.

As demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2019, constantes das páginas 8 a 53, foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF). O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras e, com base em previsões e recursos financeiros disponíveis, a Administração não tem conhecimento de qualquer razão que possa por em causa a continuidade da empresa num futuro previsível.

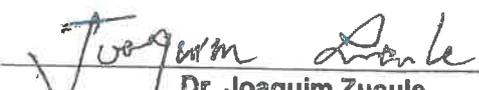
A Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável, mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da empresa. Os controlos internos são monitorados pela Administração e pelos empregados da empresa com a necessária segregação de autoridade e funções. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas acções correctivas.

A Administração é ainda responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

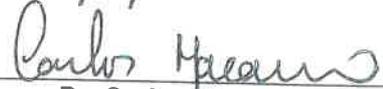
As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa em 13 de Abril de 2020 e assinadas pelos seus representantes:



Eng. Miguel Matabei
Presidente do Conselho de Administração



Dr. Joaquim Zucule
Administrador Executivo



Dr. Carlos Macamo
Director da Administração e Finanças

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras dos Portos e Caminhos de Moçambique, E.P.(a Empresa) que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 e a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas, conforme páginas 8 a 53.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira dos Portos e Caminhos de Moçambique, E.P. em 31 de Dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), órgão do IFAC – International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 32 Eventos subsequentes das demonstrações financeiras, paragrafo “impacto da pandemia do Coronavírus”, a qual refere que em Março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a disseminação da doença provocada pelo novo coronavírus (“Covid-19”) como pandemia, a qual tem um impacto negativo nas perspectivas para a economia mundial. Conforme descrito na referida nota, dependendo da profundidade e extensão temporal dos impactos disruptivos desta pandemia, a actividade e rendibilidade dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. incluindo a valorização dos seus activos, será afectada em maior ou menor grau. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades da Gerência e do Conselho de Administração pelas Demonstrações financeiras

A gerência é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o PGC-NIRF, e pelo controlo interno que ela determine ser necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a gerência é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela gerência.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Empresa em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Maputo, 27 de Abril de 2020



Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada
Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SCA/OCAM/2014, representada por:

Aneliya Nikolova
Partner
Auditora Certificada nº 56/CA/OCAM/2014

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Balanço

em 31 de Dezembro de 2019

(valores expressos em milhares de Meticals)



	Notas	2019	2018 Reexpresso
ACTIVOS			
<u>Activos não correntes</u>			
Activos tangíveis	6	28.514.053	27.422.177
Activos tangíveis de investimento	7	4.412.615	5.121.666
Activos intangíveis	8	69.861	77.297
Investimentos em subsidiárias e associadas	9	90.906	214.934
Outros activos financeiros	10	28.550	28.550
Activos por impostos diferidos	27	759.883	385.444
		<u>33.875.868</u>	<u>33.250.068</u>
<u>Activos correntes</u>			
Inventários	11	1.940.156	1.426.092
Clientes	12	3.199.958	3.315.395
Outros activos financeiros	10	128.405	71.614
Outros activos correntes	13	2.200.003	3.315.725
Impostos a recuperar	27	698.080	341.525
Caixa e bancos	14	6.516.126	8.037.147
		<u>14.682.728</u>	<u>16.507.498</u>
Total dos activos		<u>48.558.596</u>	<u>49.757.566</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
<u>Capital próprio</u>			
Capital social	15	1.242.981	1.242.981
Reservas		6.228.319	6.228.319
Resultados transitados		27.266.813	26.179.573
Resultados líquidos do período		2.165.288	1.958.368
Total do capital próprio		<u>36.903.401</u>	<u>35.609.241</u>
<u>Passivos não correntes</u>			
Empréstimos obtidos	16	1.237.781	1.604.120
Outros passivos financeiros	17	6.002.246	6.002.246
Outros passivos não correntes	18	649.984	674.642
		<u>7.890.011</u>	<u>8.281.008</u>
<u>Passivos correntes</u>			
Provisões	19	31.075	199.937
Fornecedores	20	1.109.167	847.690
Empréstimos obtidos	16	471.493	1.658.598
Outros passivos financeiros	17	45.277	814.930
Outras contas a pagar	18	2.108.172	2.346.162
		<u>3.765.184</u>	<u>5.867.317</u>
Total dos passivos		<u>11.655.195</u>	<u>14.148.325</u>
Total do capital próprio e dos passivos		<u>48.558.596</u>	<u>49.757.566</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstração dos resultados por naturezas
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticais)



	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u> <u>Reexpresso</u>
Vendas de bens e serviços	21	13.129.958	12.073.657
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	11	(537.042)	(403.564)
Custos com o pessoal	22	(4.616.484)	(3.983.036)
Fornecimentos e serviços de terceiros	23	(5.352.073)	(5.552.573)
Amortizações	6, 7, 8	(3.376.230)	(3.686.452)
Provisões	19	183.629	-
Ajustamentos de inventários	11	700	406
Imparidades dos activos tangíveis	6	-	(594.298)
Imparidades de contas a receber	12, 13	(1.144.005)	(212.381)
Imparidades de Investimentos Financeiros	9	(238.814)	-
Outros ganhos e perdas operacionais	24	3.206.098	3.730.056
		<u>1.255.737</u>	<u>1.371.815</u>
Rendimentos financeiros	25	2.384.569	2.394.917
Gastos financeiros	26	(516.691)	(1.310.313)
		<u>1.867.878</u>	<u>1.084.604</u>
Resultados antes de impostos		3.123.615	2.456.419
Imposto sobre o rendimento	27	(958.327)	(498.051)
Resultados líquidos do período		<u>2.165.288</u>	<u>1.958.368</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstração das variações no capital próprio

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



	Capital social	Reservas legais	Reserva para investimento	Fundo social dos trabalhadores	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo no início de 2018	1.242.981	368.232	5.524.144	335.943	25.037.784	3.007.924	35.517.008
<u>Operações com detentores de capital:</u>							
Dividendos	-	-	-	-	(1.866.135)	-	(1.866.135)
<u>Movimentos em reservas:</u>							
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	3.007.924	(3.007.924)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	2.177.819	2.177.819
Saldo no fim de 2018 (conforme anteriormente reportado)	1.242.981	368.232	5.524.144	335.943	26.179.573	2.177.819	35.828.692
Efeito da correção dos erros (Nota 5)	-	-	-	-	-	(219.451)	(219.451)
Saldo no fim de 2018 Reexpresso	1.242.981	368.232	5.524.144	335.943	26.179.573	1.958.368	35.609.241
<u>Movimentos em reservas:</u>							
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	1.958.368	(1.958.368)	-
Dividendos	-	-	-	-	(871.128)	-	(871.128)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	2.165.288	2.165.288
Resultado absoluto do período	-	-	-	-	1.087.240	206.920	1.294.160
Saldo no fim de 2019	1.242.981	368.232	5.524.144	335.943	27.266.813	2.165.288	36.903.401

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstração de fluxos de caixa

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



	Notas	2019	2018 Reexpresso
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do período		2.165.288	1.958.368
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>			
Amortizações	6, 7, 8	3.376.230	3.686.452
Imposto sobre o rendimento (Corrente e diferido)		-	498.051
Imparidades	6, 11,12	1.144.005	806.273
Provisões	19	(168.862)	-
Mais ou menos valias na alienação de acções		(26.358)	34.810
Outros Ajustamentos	CE	(219.471)	1
Juros e similares (líquidos)		(54.733)	(621.810)
Menos valias na venda dos activos tangíveis		-	116.036
Fluxos de caixa antes das alterações no fundo maneio		<u>6.216.099</u>	<u>6.478.181</u>
Redução /(aumento) em inventários	11	(514.064)	(264.436)
(Aumento) / redução em clientes e outras contas a receber	10, 12	(1.085.359)	52.271
Redução /(aumento) em outros activos correntes	13	741.323	(788.402)
Aumento /(redução) em fornecedores	20	261.478	(315.316)
Redução /(aumento) de outros credores e contas a pagar	17, 18	(769.653)	(1.258.490)
Redução /(aumento) em outros passivos correntes	18	(155.203)	-
Caixa gerada pelas actividades operacionais		<u>4.694.621</u>	<u>3.903.808</u>
Impostos pagos	27.4	(1.553.294)	(2.186.568)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		<u>3.141.327</u>	<u>1.717.240</u>
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Aquisição dos activos tangíveis	6	(3.965.088)	(1.981.439)
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Venda de activos tangíveis		201.773	4.976
Mais valias em participações financeiras		26.358	-
Venda de outros investimentos		124.028	-
Juros e rendimentos similares		228.051	351.987
Dividendos		1.030.731	512.514
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		<u>(2.354.147)</u>	<u>(1.111.962)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Juros e rendimentos similares		214.312	-
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		(1.553.444)	(1.614.917)
Juros e gastos similares		(97.960)	(242.691)
Dividendos		(871.109)	(362.173)
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		<u>(2.308.201)</u>	<u>(2.219.781)</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(1.521.021)	(1.614.503)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		<u>8.037.147</u>	<u>9.651.650</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		<u>6.516.126</u>	<u>8.037.147</u>

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



1. Introdução

Os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM ou empresa) com sede em Maputo, na Praça dos Trabalhadores, iniciou a actividade como Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, e tem presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, a Empresa Estatal foi transformada em Empresa Pública, ao abrigo do Decreto nº 40/94, de 18 de Setembro, passando a adoptar a designação de Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado foi de 1.242.981 milhares de meticals e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano que assim se constitui a casa mãe dos CFM.

A empresa tem como objecto principal o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território moçambicano, com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 13 de Abril de 2020.

Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique

Têm vindo a ser implementadas um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique que contemplam a cedência ao sector privado da gestão e exploração dos sistemas ferro-portuários do país em regime de concessão.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste sistema de envolvimento do sector privado as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os terminais de combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais e o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

Face aos graves problemas enfrentados em algumas das concessões já concretizadas, foi decidido, em finais de 2005, e princípios de 2006, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do Sul e do Porto de Pemba. Em finais de 2010, o Governo de Moçambique iniciou o processo de rescisão do contrato de concessão do Sistema Ferroviário da Beira, devido ao incumprimento das obrigações contratuais por parte da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, que viria a culminar com a reversão do empreendimento a favor dos CFM em finais de 2011.

Portanto, de momento, estão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas:

- Linha Férrea de Ressano Garcia;
- Linha Férrea do Limpopo;
- Linha Férrea de Goba;
- Sistema Ferroviário da Beira (que inclui a linha de Sena, Machipanda e o ramal de Marromeu)
- Secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- Oficinas Gerais (CFM-Sul);

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



- Terminal de Alumínio da Matola;
- Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
- Terminal de Cereais do Porto de Maputo;
- Porto de Pemba; e
- Demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Actualmente, as concessionárias das infra-estruturas ferro-portuárias são as seguintes:

Na zona Sul:

- ❑ Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A. (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM;
- ❑ Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A. (TCM) que tem a concessão do referido terminal portuário; e
- ❑ Sociedade de Terminais de Moçambique, S.A. (STM) que tem a concessão de exploração da terminal ferro-rodoviário das Mahotas.

Na zona Centro:

- ❑ Cornelder de Moçambique, S.A. (CdM) que tem a concessão de exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- ❑ Cornelder Quelimane, S.A. (CdQ) que teve a concessão do Porto de Quelimane terminado no exercício corrente; e
- ❑ Beira Grain Terminal (BGT) com quem se firmou contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira.

Na zona Norte:

- ❑ Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) com quem se firmou o contrato de concessão de exploração do sistema ferroviário do Norte e do Porto de Nacala;
- ❑ Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração do cais (jetty) a construir na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma;

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



2. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2019, foram preparadas de acordo, e estão em conformidade com, o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras não foi derogada qualquer disposição do PGC – NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC – NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2019, sendo apresentadas em milhares de meticals arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, estando a empresa obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 9).

3. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção e os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários reconhecidos ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2019		2018	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	60,86	62,07	60,86	62,06
Rands Sul-Africanos	4,33	4,41	4,22	4,30
Euros	68,22	69,57	69,68	71,06

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC – NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC – NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso.

A vida útil dos activos tangíveis foi estimada como segue:

	<u>Anos de vida útil</u>
Construções	25 – 50 anos
Equipamento básico	4 – 10 anos
Outros activos tangíveis	5 - 10 anos

Os CFM efectuem regularmente a análise da adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis e as alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, e tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis e reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso e é calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter através do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

c) Activos tangíveis de investimento

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obter rendimentos através de rendas. Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicados todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos bem como as políticas contabilísticas previstas.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui os custos de aquisição, os custos com impostos não dedutíveis e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, são registados como uma dedução ao activo por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

f) Imparidade de itens não monetários

Os CFM avaliam, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

g) Locações

A determinação de que um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, que transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo) e os encargos financeiros são imputados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

h) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, que os CFM têm intenção de deter até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação, pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros.

A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, se tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante se retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor e as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja, quando identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade após o reconhecimento inicial, assim como os empréstimos e contas a receber, são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento, quando este se encontra em imparidade assim como os que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bidprice"). Na ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como os preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e de técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros cujo justo valor não é possível mensurar com fiabilidade, o reconhecimento é feito ao custo de aquisição e a imparidade é registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados ao custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo e a quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição possa ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo e da reversão não deve resultar numa quantia do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado se a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzido de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados é transferida de capital próprio para resultados.

i) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

j) Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Outros passivos financeiros

Classificam-se nesta categoria os restantes empréstimos e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados. A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e as contas a pagar são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento quando este se encontra em imparidade assim como aqueles que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

k) Provisões

Os CFM constituem provisões quando existe uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, o que significa que são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados ao resultado na medida em que o serviço é prestado. É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se os CFM têm uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

n) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

o) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

p) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido, em outros passivos correntes, e são reconhecidos numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo. Os subsídios do governo relativos a rendimentos são apresentados como créditos na demonstração dos resultados ou como deduções ao correspondente gasto.

4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC – NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelos CFM são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

Os CFM reavaliam periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, os CFM efectuam uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

Os CFM consideram que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais

Os CFM reavaliam continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Quando necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticais)



Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podem resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados dos CFM.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que os CFM são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda estimada pela Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, e objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, razão pela qual não espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada decorrentes destas revisões tenham um efeito nas demonstrações financeiras.

5. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios. Entretanto, constatamos que alguns investimentos em curso já havia terminados em anos anteriores e com a inexistência dos Autos de entrega das obras continuavam na rubrica de investimentos tendo sido feitas diligências com a Direcção da Engenharia foi possível obter os Autos o que implicou o reconhecimento dos activos e as respectivas amortizações de anteriores para conta de Resultados Transitados no montante de 219.451 milhares de meticais.

	Saldo anteriormente reportado 2018	Ajustamento	Saldo reexpresso 2018
Balanço			
Activos tangíveis	27.641.628	(219.451)	27.422.177
Capital próprio	35.828.692	(219.451)	35.609.241
Demonstração de resultados			
Amortizações do exercício	(3.587.429)	(99.013)	(3.686.442)
Outros ganhos e perdas operacionais	3.850.494	(120.438)	3.730.056

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticais)



6. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica Activos tangíveis era como segue:

	<u>Construções</u>	<u>Equipamento básico</u>	<u>Outros activos</u>	<u>Investimento em curso</u>	<u>Total</u>
Custo					
Saldo inicial em 2018	49.380.485	15.607.859	1.626.091	2.012.636	68.627.071
Adições	10.522	799.229	268.637	903.051	1.981.439
Abates	-	(442)	(13.063)	(120.438)	(133.943)
Transferências	657.672	1.509.280	14.162	(2.194.971)	(13.857)
Ajustamentos	-	-	(1.775)	(33.637)	(35.412)
Saldo inicial em 2019	50.048.679	17.915.926	1.894.052	566.641	70.425.298
Adições	45.621	2.075.576	324.338	1.516.253	3.961.788
Abates	-	-	(31.595)	(102.284)	(133.879)
Transferências	668.479	84.263	252.726	(1.005.468)	-
Ajustamentos	-	-	(1.724)	-	(1.724)
Saldo final em 2019	50.762.779	20.075.765	2.437.797	975.142	74.251.483
Amortizações acumuladas					
Saldo inicial em 2018	(26.878.038)	(11.691.286)	(1.237.235)	-	(39.806.559)
Reforço	(2.009.770)	(479.569)	(127.577)	-	(2.616.916)
Abates	-	354	12.576	-	12.930
Transferências	753	968	-	-	1.721
Saldo inicial em 2019	(28.887.055)	(12.169.533)	(1.352.236)	-	(42.408.824)
Reforço	(1.858.978)	(538.724)	(256.333)	-	(2.654.035)
Abates	-	-	21.350	-	21.350
Ajustamentos	(45.422)	(5.212)	(50.989)	-	(101.623)
	(30.791.455)	(12.713.469)	(1.638.208)	-	(45.143.132)
Imparidades acumuladas					
Saldo inicial em 2019	(594.298)	-	-	-	(594.298)
Imparidades dos activos	-	-	-	-	-
Saldo final em 2019	(594.298)	-	-	-	(594.298)
Saldo líquido					
2018	20.567.326	5.746.393	541.816	566.641	27.422.177
2019	19.377.026	7.362.296	799.589	975.142	28.514.053

Em 31 de Dezembro de 2019, os activos tangíveis em curso totalizavam 1.842.478 milhares de meticais e apresentavam a seguinte decomposição:

	<u>Construção</u>	<u>Equipamento básico</u>	<u>Outros activos</u>	<u>Total</u>
Investimentos em curso	544.629	1.069.062	228.787	1.842.478

Não foram entregues quaisquer activos tangíveis como garantia de passivos.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticais)



7. Activos tangíveis de investimento

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica Activos tangíveis de investimento era como segue:

	Construções	Equipamento básico	Total
Custo			
Saldo final em 2018	16.365.558	1.412.636	17.778.194
Abates	(335)		(335)
Saldo final em 2019	16.365.223	1.412.636	17.777.859
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial em 2018	(10.337.283)	(1.256.102)	(11.593.385)
Reforço	(1.024.215)	(38.215)	(1.062.430)
Ajustamentos	(713)	-	(713)
Saldo inicial em 2019	(11.362.211)	(1.294.317)	(12.656.527)
Reforço	(689.922)	(19.129)	(709.051)
Ajustamentos	335	-	335
Saldo final em 2019	(12.051.798)	(1.313.446)	(13.365.244)
Saldo líquido			
2018	5.003.347	118.319	5.121.666
2019	4.313.425	99.190	4.412.615

Estes activos, detidos com o objecto de gerar rendas, dizem respeito aos bens alugados à Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), no âmbito das concessões ao MPDC, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte, Terminal de Cabotagem de Maputo e Sociedade Terminais de Moçambique, entre outras, conforme referido na nota introdutória. Estes activos geraram rendimentos fixos e variáveis que estão apresentados na nota 26.

Não foram entregues quaisquer activos tangíveis de investimento como garantia de passivos.

8. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica Activos intangíveis era como segue:

	Software	Reservas de terra	Total
<u>Custos</u>			
Saldo final em 2018	42.941	51.239	94.180
Saldo inicial em 2019	42.941	51.239	94.180
Adições	2.612	-	2.612
Saldo final em 2019	45.553	51.239	96.792

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



	<u>Software</u>	<u>Reservas de terra</u>	<u>Total</u>
<u>Amortizações acumuladas</u>			
Saldo inicial em 2018	(9.786)	-	(9.786)
Reforço	(7.106)	-	(7.106)
Ajustamentos	9	-	9
Saldo inicial em 2019	(16.883)	-	(16.883)
Reforço	(10.048)	-	(10.048)
Ajustamentos	-	-	-
Saldo final em 2019	(26.931)	-	(26.931)
<u>Saldo líquido</u>			
2018	26.058	51.239	77.297
2019	18.622	51.239	69.861

9. Investimentos em subsidiárias e associadas

Houveram movimentos na rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas durante o exercício e apresentam-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Subsidiárias	141.660	26.874
Associadas	164.064	164.064
Outros instrumentos financeiros	50.126	50.126
	355.850	241.064
Imparidade acumulada	(264.944)	(26.130)
	90.906	214.934

9.1. Decomposição dos investimentos em subsidiárias e associadas

O movimento da imparidade acumulada é apresentado na tabela seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Em 1 de Janeiro	(26.130)	(26.130)
Reforço	(238.814)	-
Em 31 de Dezembro	(264.944)	(26.130)

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



9.2. Decomposição dos investimentos em subsidiárias e associadas

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas encontra-se detalhada como segue:

	% de participação		Valor	
	2019	2018	2019	2018
Subsidiárias				
Sociedade de Turismo do Indico, S.A.	100.00	100.00	21.320	21.320
Xitimela Leasing Limited	-	67.50	-	5.214
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	100.00	100.00	100	100
CFM - Sociedade Turística, S.A.	100.00	100.00	240	240
Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira	100.00	100.00	120 000	-
			<u>141.660</u>	<u>26.874</u>
Associadas				
DP World Maputo, S.A.	40.00	40.00	23.762	23.762
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	27.50	27.50	23.230	23.230
Cornelder de Moçambique	33.00	33.00	3.795	3.795
Cornelder de Quelimane, S.A.	49.00	49.00	11.760	11.760
Terminal de Cabotagem Maputo	49.00	49.00	5.831	5.831
Maputo Port Development Company	49.00	49.00	7.590	7.590
Portos do Norte, S.A.	30.00	30.00	6.000	6.000
Thai Moçambique Logistic, S.A.	20.00	20.00	6.000	6.000
Sociedade Terminais de Moçambique	50.00	50.00	68.300	68.300
Empresa de Dragagem do Porto de Maputo	49.00	49.00	1.796	1.796
Portos de Cabo Delgado, S.A.	50.00	50.00	6.000	6.000
			<u>164.064</u>	<u>164.064</u>
Outros investimentos financeiros				
Cimentos de Moçambique	1.60	1.60	39.748	39.748
Transcarga	17.00	17.00	14	14
Technoshore, Limitada	15.00	15.00	6.750	6.750
Beira Grain Terminal	15.00	15.00	405	405
Belavista Holding	65.00	65.00	845	845
Terminal de Granitos	50.00	50.00	2.364	2.364
			<u>50.126</u>	<u>50.126</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



10. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica Outros activos financeiros era como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Não corrente</u>		
Suprimentos concedidos as subsidiárias	28.550	28.550
	<u>28.550</u>	<u>28.550</u>
<u>Corrente</u>		
Adiantamentos ao pessoal	49.662	27.971
Cauções	81.947	47.868
Devedores diversos	620	620
	132.229	76.459
Perdas por imparidade acumuladas de outros activos financeiros	<u>(3.824)</u>	<u>(4.845)</u>
	<u>128.405</u>	<u>71.614</u>

11. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica Inventários era como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Travessas	4.127	365.349
Material de construção	598.692	17.934
Peças e sobressalentes	1.366.405	945.058
Combustíveis e lubrificantes	17.136	12.588
Outros materiais	19	132.086
	1.986.379	1.473.015
Ajustamentos de inventários	<u>(46.223)</u>	<u>(46.923)</u>
	<u>1.940.156</u>	<u>1.426.092</u>

11.1 Ajustamento de inventários

O detalhe dos movimentos relativos ao ajustamento de inventários é apresentado na tabela seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Em 1 de Janeiro	(46.923)	(47.329)
Reversão	700	406
Em 31 de Dezembro	<u>(46.223)</u>	<u>(46.923)</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



11.2. Custo de inventários vendidos ou consumidos

A decomposição do custo dos inventários vendidos ou consumidos é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Existências iniciais	1.426.092	1.161.250
Compras	1.051.106	668.406
Existências finais	<u>(1.940.156)</u>	<u>(1.426.092)</u>
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	<u>537.042</u>	<u>403.564</u>

12. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica Clientes era como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Tráfego	1.437.137	1.475.725
Concessionárias	1.092.336	1.355.829
Administrações estrangeiras	435.653	322.357
Clientes de cobrança duvidosa	537.988	398.899
Outros clientes	<u>230.253</u>	<u>171.019</u>
	3.733.367	3.723.829
Perdas por imparidade acumuladas de clientes	<u>(533.409)</u>	<u>(408.434)</u>
	<u>3.199.958</u>	<u>3.315.395</u>

12.1. Perdas por imparidade acumuladas de clientes

O detalhe dos movimentos relativos à perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Em 1 de Janeiro	(408.434)	(234.534)
Reforço	(216.471)	(226.256)
Reversão	91.496	13.875
Utilização	-	38.481
Em 31 de Dezembro	<u>(533.409)</u>	<u>(408.434)</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



13. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica Outros activos correntes era como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto sobre o valor acrescentado	2.357.642	2.183.274
Acréscimos de juros a receber	14.322	33.568
Acréscimos de rendimentos	20.707	266.864
Gastos diferidos	187.957	153.468
Fundo Nacional de Dragagem	292.384	-
Adiantamentos à fornecedores	346.021	678.551
	<u>3.219.033</u>	<u>3.315.725</u>
Perdas por imparidade acumuladas outros devedores	(1.019.030)	-
	<u>2.200.003</u>	<u>3.315.725</u>

13.1. Perdas por imparidade acumuladas de outros activos correntes

O detalhe dos movimentos relativos à perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Em 1 de Janeiro	-	-
Reforço	(1.019.030)	-
Em 31 de Dezembro	(1.019.030)	-

14. Caixa e bancos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a caixa e os bancos apresentavam os seguintes valores:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Caixa</u>		
Meticals	223	213
Dólar Norte-Americano	2.509	-
	<u>2.732</u>	<u>213</u>
<u>Depósitos à ordem</u>		
Meticals	736.792	401.346
Dólar Norte-Americano	1.704.911	3.094.255
Rands Sul-Africanos	584.928	513.260
Euros	16.624	25.835
	<u>3.043.255</u>	<u>4.034.696</u>
<u>Depósitos a prazo</u>		
Meticals	252.467	247.949
Dólar Norte-Americano	2.719.189	3.374.489
Rands Sul-Africanos	498.483	379.800
	<u>3.470.139</u>	<u>4.002.238</u>
	<u>6.516.126</u>	<u>8.037.147</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



15. Capital social

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Meticals e está integralmente subscrito e realizado pelo Estado moçambicano.

Constitui reserva legal a parte dos excedentes de cada exercício que for anualmente destinada, nunca inferior a 10% dos mesmos. Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Constitui reserva para investimentos nomeadamente o seguinte: (i) a parte dos resultados apurados em cada exercício que lhe forem anualmente destinadas; (ii) receitas provenientes de participações dotações ou subsídios de que a empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim; (iii) os rendimentos especialmente afectos a investimentos

16. Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica Empréstimos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Não correntes</u>		
Empréstimos bancários (Nota 16.1)	-	391.958
Financiamentos do Estado (Nota 16.2)	<u>1.237.781</u>	<u>1.212.162</u>
	<u>1.237.781</u>	<u>1.604.120</u>
<u>Correntes</u>		
Empréstimos bancários (Nota 16.1)	392.022	1.567.831
Financiamentos do Estado (Nota 16.2)	<u>79.471</u>	<u>90.767</u>
	<u>471.493</u>	<u>1.658.598</u>
	<u>1.709.274</u>	<u>3.262.718</u>

16.1. Empréstimos bancários

Empréstimo no montante de USD 120.000.000, contraído em 2012 para aumentar a capacidade da linha férrea de Sena de 6,5 MTPA para 20,0 MTPA, concedido pelo Standard Bank. Este empréstimo vence juros à taxa LIBOR a 3 meses, acrescida de uma margem de 5,5%, e o saldo a data do balanço é de 392.022 milhares de meticals, equivalente a USD 6.315.798. Não houve nenhuma entrega de garantia de activos, mas sim pelos fluxos dos tráfegos de transporte do carvão de Moatize.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticais)



16.2. Financiamentos do Estado

	Notas	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	2019	2018
<u>Não corrente</u>						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	307.598	301.714
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	908.171	910.448
Reabilitação da Linha de Sena	(ii)	0.75%	USD	30/06/2030	12.739	-
Electrificação do Porto da Matola	(iii)	5.5%	EUR	20/07/2034	9.273	-
					<u>1.237.781</u>	<u>1.212.162</u>
<u>Corrente</u>						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	17.005	10.403
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	37.114	34.065
Reabilitação da Linha de Sena	(ii)	0.75%	USD	30/06/2030	17.805	30.313
Electrificação do Porto da Matola	(iii)	5.5%	EUR	20/07/2034	7.547	15.986
					<u>79.471</u>	<u>90.767</u>
					<u>1.317.252</u>	<u>1.302.929</u>

(i) Banco Mundial e Ministério de Economia e Finanças

Estes saldos respeitam ao financiamento do Banco Mundial e do Ministério das Finanças, concedido em Janeiro de 2000, para a racionalização da força de trabalho no âmbito do Projecto RPRP (“Railways Project Restructuring of Port”). O montante em dívida corresponde a 69.166.030 USD ao câmbio a data de transacção e deverá ser pago durante um período de 30 anos, à taxa anual de juro de 2% aplicada após o período de graça de capital e juros de 10 anos.

(ii) Reabilitação da Linha de Sena

Este montante representa um financiamento do Banco Mundial concedido em 2005, através do Governo de Moçambique, no montante de 5.500.000 USD, destinado à reabilitação da linha de Sena. O montante em dívida corresponde a 492.088 USD no final do ano.

16.2. Financiamentos do Estado (continuação)

(iii) Electrificação do Porto da Matola

Este montante diz respeito a um financiamento concedido pela instituição Alemã KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau (*Reconstruction Credit Institute*), em 2005, via Governo de Moçambique, para a electrificação do Porto da Matola, no montante de 1.533.876 EUR. O objectivo deste projecto é garantir a distribuição de energia no Porto da Matola e, por via do desenvolvimento do Porto, salvaguardar empregos e contribuir para a geração de proveitos domésticos através de serviços de importação e exportação. O montante em dívida corresponde a 270.993 USD no final do ano.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



17. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica Outros passivos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Não corrente</u>		
Reversão da Linha de Sena (Nota 17.1)	6.002.246	6.002.246
	<u>6.002.246</u>	<u>6.002.246</u>
<u>Corrente</u>		
Cauções	28.288	22.788
Rites & Ircon (Nota 17.2)	-	698.175
Compensações de aposentadoria e sobrevivência	16.989	16.587
Indemnização por locomotivas danificadas	-	77.380
	<u>45.277</u>	<u>814.930</u>
	<u>6.047.523</u>	<u>6.817.176</u>

17.1. Reversão da Linha de Sena

Este saldo refere-se aos financiamentos que a Companhia do Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) contraiu junto do *International Development Agency* (IDA), no montante equivalente a USD 113.863.553,76, e do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante equivalente a USD 27.795.797,26, no âmbito do projecto de reabilitação da linha de Sena, e ao financiamento dos CCFB através de fundos próprios. Devido ao termo do contrato de concessão com o Governo de Moçambique (GM) o empreendimento reverteu para os CFM. O valor total do financiamento encontra-se fixado em 6 002 246 milhares de Meticals.

17.2. Rites & Ircon

Saldo resultante do acordo amigável entre o Governo de Moçambique, a Rites & Ircon, os CFM e a CCFB, no qual o governo ficou responsabilizado pelo pagamento de USD 80 milhões pela rescisão do contrato de concessão do sistema ferroviário centro. Conforme despacho do Ministro de Economia e Finanças, datado de 31 de Dezembro de 2015, relativo à implementação deste acordo amigável, em que os CFM actuam em representação do Estado, foram os CFM incumbidos de pagar directamente aos beneficiários através do Fundo de Desenvolvimento dos Transportes e Comunicações, uma entidade do Ministério dos Transportes e Comunicações. Em Outubro de 2019, o CFM pagou a Rites & Ircon a última prestação.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



18. Outros passivos não correntes e Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica Outros passivos não correntes e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Outros passivos não correntes</u>		
Rendimentos diferidos		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 18.1)	422.889	454.017
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 18.2)	<u>227.095</u>	<u>220.625</u>
	<u>649.984</u>	<u>674.642</u>
<u>Outras contas a pagar</u>		
Rendimentos diferidos		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 18.1)	31.154	31.154
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 18.2)	16.222	27.578
Adiantamentos de clientes	55.176	18.419
Credores partes relacionadas	8.084	-
Fornecedores de investimentos de capital	63.637	253.341
Remunerações a pagar	-	188.085
Outras operações com trabalhadores	21.964	4.745
Outros acréscimos de gastos	57.749	52.816
Imposto sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS)	73.866	99.488
Segurança social (INSS)	8.429	7.956
Resultados atribuídos	1.503.980	1.503.962
Outros credores diversos	<u>267.911</u>	<u>158.618</u>
	<u>2.108.172</u>	<u>2.346.162</u>
	<u>2.758.156</u>	<u>3.020.804</u>

18.1. Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo

Este saldo refere-se aos investimentos que correspondem ao remanescente do valor da doação para reabilitar a linha-férrea do Limpopo, financiada pelo governo do Canadá, no montante de 921.563 milhares de meticals. Este montante tem vindo a ser regularizado por contrapartida dos valores da depreciação dos respectivos empreendimentos, durante a vida útil contabilística esperada.

18.2. Reabilitação do cais do Porto da Beira

Este saldo refere-se aos subsídios recebidos do Banco Europeu de Investimentos (BEI), para a reabilitação do Porto da Beira, e constitui um remanescente do financiamento recebido para os serviços de dragagem de emergência do canal de acesso, cais, bacias de manobras e aterro hidráulico no terminal de carvão do Porto da Beira. Após a conclusão dos trabalhos de dragagem, os CFM, através do Ministério das Finanças, solicitaram ao BEI a aplicação do montante remanescente de 3.971.536 EUR na aquisição de equipamentos e reabilitação das infra-estruturas dos Serviços Marítimos.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



19. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica Provisões apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões para férias	4.628	90.125
Provisões para litígios judiciais (Nota 19.2)	26.447	26.447
Provisões para impostos	-	83.365
	<u>31.075</u>	<u>199.937</u>

19.1 Durante o exercício de 2018 não houve movimentação na rubrica Provisões:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Em 1 de Janeiro	199.937	199.937
utilização	14.767	-
Reversão	(183.629)	-
Em 31 de Dezembro	<u>31.075</u>	<u>199.937</u>

19.2 Provisões para litígios judiciais

A provisão para litígios judiciais foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a empresa é ré, calculadas com base numa análise cuidada dos processos em curso. As análises são revistas no final de cada exercício para assim reflectir a melhor estimativa da responsabilidade da empresa na data do balanço tendo em conta os factos conhecidos à data.

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores de combustíveis	85.989	68.027
Fornecedores das locomotivas e acessórios	414.879	185.190
Fornecedores do material de construção da via	17.433	-
Fornecedores dos serviços de dragagem	138.855	-
Fornecedores dos serviços de estiva	-	-
Fornecedores dos serviços de manutenção do cais	30.962	-
Outros fornecedores	421.049	594.473
	<u>1.109.167</u>	<u>847.690</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



21. Vendas de bens e serviços

As vendas de bens e a prestação de serviços durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Estadias	248.311	250.452
Cabotagem	14.472	6.827
Exportações	337.636	333.795
Importações	485.522	428.979
Pilotagem	86.503	76.354
Rebocadores	271.329	217.189
Transporte de passageiros	162.568	182.531
Transporte e manuseamento de mercadorias	11.160.222	9.810.523
Outros serviços prestados	<u>363.395</u>	<u>767.007</u>
	<u>13.129.958</u>	<u>12.073.657</u>

22. Custos com o pessoal

Os custos com pessoal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações da administração	110.367	84.004
Remunerações de outros colaboradores	3.294.053	3.240.080
Encargos com as remunerações	444.701	55.796
Ajudas de custo	52.816	50.089
Indemnizações de trabalhadores	5.955	13.937
Pensões	57.558	55.465
Seguros de acidentes de trabalho e doença	12.921	5.981
Custos de acção social	86.477	75.331
Outros custos com pessoal	<u>551.636</u>	<u>402.353</u>
	<u>4.616.484</u>	<u>3.983.036</u>

O número de trabalhadores em 2019 e 2018 foi de 5.153 e 5.192 colaboradores, respectivamente.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



23. Fornecedores e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Água e electricidade	210.638	163.301
Combustíveis e lubrificantes	776.295	672.344
Ferramentas e utensílios	15.093	32.661
Materiais de manutenção e reparação	300.531	303.302
Material de escritório	59.556	65.542
Serviços de dragagem	624.340	1.654.644
Estiva	429.611	415.231
Manutenção e reparação	646.342	338.390
Transporte de carga e de passageiros	6.683	1.093
Comunicações	64.429	52.802
Publicidade e propaganda	71.983	57.499
Deslocações e estadas	119.842	95.828
Despesas de representação	3.252	7.086
Contencioso e notariado	33.784	1.698
Rendas e alugueres	444.316	570.927
Seguros	55.225	53.852
Limpeza, higiene e conforto	96.283	60.675
Vigilância e segurança	294.119	257.339
Trabalhos especializados	755.395	438.732
Intercâmbio de material circulante	270.313	221.668
Outros fornecimentos e serviços	74.043	87.959
	<u>5.352.073</u>	<u>5.552.573</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



24. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ganhos		
Concessões		
Rendas fixas	702.470	1.028.812
Rendas variáveis	2.413.657	2.989.075
Honorários de gestão	165.165	156.003
Aluguer de locomotivas e vagões	41	87
Aluguer de outros equipamentos	-	71.802
Alienação de activos tangíveis		4.401
Sinistros	-	488
Subsídios para investimentos	36.041	58.733
Outros rendimentos e ganhos	515.891	282.868
	<u>3.833.265</u>	<u>4.592.269</u>
Perdas		
Impostos e taxas	(81.577)	(156.909)
Multas e penalidades	(12)	(44)
Alienação de activos tangíveis	(2.012)	(120.438)
Perdas em investimentos de capital	-	-
Donativos	(77.110)	(77.110)
Quotizações	(5.050)	(9.570)
Programas de responsabilidade social	(79.650)	(134.095)
Clube de actividades desportivas	(348.742)	(332.821)
Indemnizações	(753)	(1.390)
Outros gastos e perdas	(32.261)	(29.836)
	<u>(627.167)</u>	<u>(862.213)</u>
	<u>3.206.098</u>	<u>3.730.056</u>

25. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros obtidos	213.732	351.987
Rendimentos de partes sociais	504.415	494.073
Diferenças de câmbio favoráveis	603.632	1.035.872
Dividendos recebidos	1.030.731	512.514
Alienação de acções	26.358	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros	5.701	471
	<u>2.384.569</u>	<u>2.394.917</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



26. Gastos financeiros

Os gastos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros suportados	(160.884)	(242.691)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(303.870)	(1.025.690)
Outros gastos e perdas financeiras	(51.937)	(41.932)
	<u>(516.691)</u>	<u>(1.310.313)</u>

27. Imposto sobre o rendimento

27.1 O gasto relativo a imposto sobre o rendimento pode ser apresentado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(1.332.767)	(1.102.845)
	<u>(1.332.767)</u>	<u>(1.102.845)</u>
Imposto diferido		
Aumento / (diminuição) em activos por impostos diferidos	759.883	377.413
Diminuição / (aumento) em passivos por impostos diferidos	(385.443)	227.381
	<u>374.440</u>	<u>604.794</u>
	<u>(958.327)</u>	<u>(498.051)</u>

27.2 A taxa utilizada para apurar as diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 foi de 32% e corresponde à taxa nominal do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da inspecção/revisão por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

27.3 Reconciliação da taxa de imposto

A taxa efectiva de imposto da empresa é de 7% (2018: 4%).

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto a pagar à taxa nominal	(999.557)	(856.278)
Ajustado por:		
Despesas não dedutíveis	(877.213)	(455.063)
Rendimentos não tributados	544.003	208.496
	<u>(1.332.767)</u>	<u>(1.102.845)</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



27.4 A reconciliação do imposto corrente com o saldo no final do ano pode ser analisada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo em 01 de Janeiro	341.525	(742.198)
Liquidação do imposto sobre o rendimento do período anterior	-	742.198
	<u>341.525</u>	<u>-</u>
Pagamento por conta	1.553.294	1.330.746
Outras retenções na fonte	136.028	113.624
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	<u>(1.332.767)</u>	<u>(1.102.845)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>698.080</u>	<u>341.525</u>

27.5 Activos por impostos diferidos

O saldo dos activos por impostos diferidos compreende diferenças temporárias atribuíveis a:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Activos tangíveis	-	12.499
Diferenças cambiais não realizadas	(54.509)	110.355
Imparidades de activos tangíveis e contas a receber	814.392	262.590
	<u>759.883</u>	<u>385.444</u>

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	<u>Activos tangíveis</u>	<u>Diferenças cambiais</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	8.031	-	-	8.031
Imputado / (creditado) ao resultado	4.468	110.355	262.590	377.413
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	12.499	110.355	262.590	385.444
Imputado / (creditado) ao resultado	-	(54.509)	428.948	374.439
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>12.499</u>	<u>55.856</u>	<u>691.538</u>	<u>759.883</u>

Em 31 de Dezembro de 2019, a empresa não tem prejuízos fiscais para utilizar.

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	<u>Imposto Diferido</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	(227.381)	(227.381)
(Imputado) / creditado ao resultado	227.381	227.381
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	-	(227.381)
(Imputado) / creditado ao resultado	759.883	227.381
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>759.883</u>	<u>-</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



28. Partes relacionadas

As partes relacionadas da empresa são todas as suas subsidiárias, as suas associadas, e o pessoal chave da gestão, incluindo os administradores.

28.1. Benefícios do pessoal-chave da gestão

O pessoal-chave da gestão inclui o Conselho de Administração (executivos e não executivos), e todos os membros seniores da gestão da empresa. Os benefícios pagos ou a pagar ao pessoal-chave da gestão que decorrem de serviços prestados são apresentados como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Benefícios de curto prazo	110.367	84.004
	<u>110.367</u>	<u>84.004</u>

28.2. Transacções com partes relacionadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Vendas e prestações de serviços		
Sociedade de Terminais de Moçambique, S.A.	-	16.735
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	-	33.438
Sociedade de Turismo do Indico, S.A.	-	17.782
Cornelder de Moçambique S.A.	1.589.609	1.483.326
Cornelder Quelimane, S.A.	-	9.053
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	814.479	653.944
Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.	-	24.453
Corredor de Desenvolvimento do Norte	2.262.102	1.537.756
Transcom, S.A.	9.092	4.872
	<u>4.675.282</u>	<u>3.781.359</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



28.3 Saldos com partes relacionadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Clientes</u>		
Concessões, Tráfego e Outros		
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	149.046	139.438
Corredor de Desenvolvimento do Norte	-	712.486
Portos do Norte, S.A.	-	53
Cornelder de Moçambique S.A.	2.059	420.441
Cornelder Quelimane, S.A.	-	15
Sociedade de Terminais de Moçambique, S.A.	-	65.142
Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.	3.055	3.596
Terminal Carvão da Matola	13.814	13.113
DP World Maputo, S.A.	3.287	-
Cimentos de Moçambique, S.A.	43.908	1.295
Transcom, S.A.	-	683
Sociedade de Participações e Gestão Hoteleira, S.A.	-	11.851
Sociedade de Turismo do Indico, S.A.	-	27.319
Silos e Terminal Graneleiro da Matola, S.A.	28.351	17.361
	<u>243.520</u>	<u>1.412.793</u>
Administrações estrangeiras		
National Railways of Zimbabwe	178.657	202.375
Transnet Freight Rail	256.996	93.336
Swaziland Railways	26.330	26.646
	<u>461.983</u>	<u>322.357</u>
	<u>705.503</u>	<u>1.735.150</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Outros activos financeiros</u>		
Belavista Holdings, S.A.	620	620
Beira Grain Terminal	23.185	23.185
CFM – Sociedade Turística	5.366	5.366
	<u>29.171</u>	<u>29.171</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Outras contas a pagar</u>		
DP World Maputo, S.A.	-	4.465
Cornelder de Moçambique S.A.	-	1.534
Cornelder Quelimane, S.A.	-	15
	<u>-</u>	<u>6.014</u>

29. Compromissos e contingências

29.1 Processos judiciais

A empresa é arguida em diversos processos judiciais e constitui provisões para os processos transitados em julgado com condenação em primeira instância. A empresa apresentou recursos relativos a condenações no montante de 26.447 milhares de meticais.

29.2 Acidente Ferroviário

Em Maio de 2002, ocorreu um acidente ferroviário na estação de Tenga que envolveu vagões de carga e carruagens de passageiros e em que perderam a vida cerca de 200 passageiros. Existe uma contingência resultante deste acidente cuja quantificação não é possível efectuar antes da conclusão do processo e divulgação dos resultados pelo tribunal competente. Este processo não teve desfecho até à data e os CFM têm vindo a financiar acções de apoio social aos familiares das vítimas.

29.3 Contingências fiscais

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções de imposto devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento de legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, IRPS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). A Administração acredita que a empresa cumpriu com todas as suas obrigações fiscais.

29.4 Garantias bancárias

O detalhe das garantias bancárias prestadas pelos CFM a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2019, apresenta-se como segue:

<u>Beneficiário</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Valor</u>	<u>Moeda</u>	<u>Banco</u>
Tribunal Judicial da Província de Nampula	Processos judiciais em curso	1.730.255	MZN	BCI

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



30. Gestão de risco, objectivos e políticas

A actividade dos CFM está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de risco ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração dos CFM é, por isso, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

As políticas de gestão de risco dos CFM são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo e monitorar os riscos e a aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. Os CFM revêem periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

30.1 Risco de mercado

O risco de mercado é a variação de factores que determinam o preço, tais como as taxas de juro e as taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é a prevenção contra estas variações dentro de parâmetros que a Administração considere aceitáveis.

30.2 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é a probabilidade de flutuação do valor dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de referência de mercado. A exposição dos CFM ao risco da taxa de juro advém dos depósitos a prazo, valores a receber e a pagar.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos bancários	392.022	1.959.789
Financiamentos do Estado	1.317.252	1.302.929
Total	1.709.274	3.262.718
Depósitos a prazo	3.470.139	4.002.238
Redução de 50 pontos percentuais	1.760.865	739.520
	8.804	3.698

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticais)



30.3 Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco de flutuação do justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras dos CFM podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais do Euro, Dólar Norte Americano e Rande. Os CFM procuram atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

O valor escriturado dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira é resumido como segue:

	Dólar Norte- Americano (USD)	Rand Sul- Africano (ZAR)	Euro (Eur)	Dólar Zimbabweano (ZWD)	Total
2019					
Activos financeiros:					
Clientes	1.622.685	256.996	-	-	1.879.681
Caixa e equivalentes de caixa	4.425.643	1.083.910	16.624	467	5.526.644
	6.048.328	1.340.906	16.624	467	7.406.325
Passivos financeiros:					
Fornecedores	(546.400)	-	-	-	(546.400)
Empréstimos obtidos	(439.382)	-	-	-	(439.382)
	(985.782)	-	-	-	(985.782)
Activos financeiros líquidos	5.062.546	1.340.906	16.624	467	6.420.543
2018					
Activos financeiros:					
Clientes	1.461.937	322.357	-	-	1.784.294
Caixa e equivalentes de caixa	6.468.744	893.060	25.835	-	6.583.885
	7.930.681	1.215.417	25.835	-	9.171.933
Passivos financeiros:					
Fornecedores	(253.217)	-	-	-	(253.217)
Empréstimos obtidos	(391.958)	-	-	-	(391.958)
	(645.175)	-	-	-	(645.175)
Activos financeiros líquidos	7.285.506	1.215.417	25.835	-	(8.526.758)

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



Análise de sensibilidade da moeda estrangeira

O Dólar Norte-Americano, e o Rand Sul Africano, são as moedas principais a que a Empresa está exposta.

A tabela a seguir indica a sensibilidade da Empresa no final do ano para indicar os movimentos do Rand Sul-africano, do Dólar Norte-Americano e do Euro sobre instrumentos financeiros. As taxas de sensibilidade representam a avaliação da administração sobre uma possível mudança das taxas de câmbio de reporte.

	USD		10% Aumento	10% Diminuição	ZAR		Other	
	10% Aumento	10% Diminuição			10% Aumento	10% Diminuição	10% Aumento	10% Diminuição
2019								
Ganho / (perda)	604.833	(604.833)	134.091	(134.091)	1.709	(1.709)		
Activos financeiros	(98.578)	98.578	-	-	-	-		
Passivos financeiros	506.255	(506.255)	134.091	(134.091)	1.709	(1.709)		
2018								
Ganho / (perda)	728.551	(728.551)	121.542	(121.542)	2.584	(2.584)		
Activos financeiros	793.068	(793.068)	121.542	(121.542)	2.584	(2.584)		
Passivos financeiros	(64.517)	64.517	-	-	-	-		

30.4 Risco de crédito

O risco de crédito empresa é principalmente atribuível às contas de clientes e outros devedores. A exposição ao risco de crédito é monitorada pela Administração numa base contínua. Os montantes apresentados no balanço são líquidos das provisões para créditos de cobrança duvidosa estimadas pela Administração da empresa com base na experiência anterior. A empresa não tem uma concentração significativa do risco de crédito para a qual não tenha sido criada provisão para créditos de cobrança duvidosa no final do período.

O montante escriturado dos activos financeiros representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito sem ter em consideração qualquer caução prestada:

	2019	2018
Caixa e bancos	6 516 126	8 037 147
Clientes	3.199.958	3.315.395
Outros activos financeiros	156.955	100.164
	<u>9 873 039</u>	<u>11 452 706</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticais)



30.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez é a probabilidade dos CFM não terem capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes vencem. Para mitigar este risco, a gestão elabora mapas de fluxo de caixa previsionais e mantém a tesouraria equilibrada.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e fluxos de caixa bem como os respectivos gaps de liquidez.

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Mais de 1 ano a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 Anos</u>	<u>Total</u>
2019				
Fornecedores	1.109.167	-	-	1.109.167
Empréstimos obtidos	471.493	79.471	1.158.310	1.709.274
Outros passivos financeiros	45.277	-	6.002.246	6.047.523
	<u>1.625.937</u>	<u>79.471</u>	<u>7.160.556</u>	<u>8.865.964</u>
2018				
Fornecedores	847.690	-	-	847.690
Empréstimos obtidos	1.658.598	614.302	989.818	3.262.718
Outros passivos financeiros	814.930	-	6.002.246	6.817.176
	<u>3.321.218</u>	<u>614.302</u>	<u>6.992.064</u>	<u>10.927.584</u>

30.6 Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital dos CFM é garantir uma sólida autonomia financeira que permita atender as necessidades e compromissos de investimento sem com isso comprometer a remuneração ao accionista Estado.

A empresa gere o seu capital de forma a assegurar que se mantém operacional enquanto maximiza o retorno para os sócios.

A estrutura do capital da empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado através da relação da dívida líquida (conforme definida abaixo) com o capital próprio ajustado (conforme definido abaixo).

A dívida líquida consiste em empréstimos sujeitos a juros, empréstimos dos sócios, outras dívidas de longo prazo, caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio ajustado consiste no capital social, lucros acumulados e reservas não distribuíveis.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



O rácio da dívida líquida em relação ao capital próprio (rácio de alavancagem) no final do período era conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Total dos empréstimos	1.709.274	3.262.718
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.516.126)</u>	<u>(8.037.147)</u>
Dívida líquida	(4.806.852)	(4.774.429)
Capital próprio	<u>36.903.401</u>	<u>35.609.241</u>
	<u>32.096.549</u>	<u>30.834.812</u>
Rácio da dívida líquida ao capital próprio	<u>(14.98%)</u>	<u>(15.48%)</u>

30.7 Gestão de risco financeiro

A empresa não transacciona instrumentos financeiros, mas o curso normal das suas operações expõe-na ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez. Com vista a gerir estes riscos, a empresa poderá entrar em transacções que fazem uso de instrumentos financeiros.

A empresa desenvolveu um processo de gestão de risco abrangente para facilitar, controlar e monitorar estes riscos. O processo inclui a normal documentação de políticas, incluindo limites, controlos e estruturas de reporte. A Administração Executiva e o Conselho de Administração são responsáveis pelas actividades de gestão de risco na empresa.

30.8 Justo valor

O valor escriturado dos activos e passivos financeiros da empresa aproxima-se do seu justo valor.

30.9 Categoria dos instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros detidos pela entidade são ao custo amortizado e estão abaixo apresentados.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Clientes	3.199.958	3.315.395
Outros activos financeiros	156.955	100.164
Caixa e equivalentes de caixa	<u>6.516.126</u>	<u>8.037.147</u>
	<u>9.873.039</u>	<u>11.452.706</u>
Empréstimos obtidos	(1.709.274)	(3.262.718)
Fornecedores	(1.109.167)	(847.690)
Outros passivos financeiros	<u>(6.047.523)</u>	<u>(6.817.176)</u>
	<u>(8.865.964)</u>	<u>(10.927.584)</u>
Passivos financeiros líquidos	<u>1.007.075</u>	<u>525.122</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



31. Outras informações

Em 2015, advogando o incumprimento dos prazos de conclusão e operacionalidade das linhas férreas de Sena e de Machipanda, na Província de Sofala, Centro de Moçambique, o Governo de Moçambique decidiu rescindir o contrato de concessão destas linhas à Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira e entregou a respectiva gestão aos CFM.

Na sequência desta rescisão, a Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira intentou um processo contra o Governo de Moçambique no Tribunal Arbitral Internacional do qual resultou a assinatura, no dia 21 de Outubro de 2015, de um Acordo Amigável entre o Governo de Moçambique representada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações e o Governo de Índia representada pelas empresas Rites, Limited e Ircan International, Limited, que contemplou um pagamento de USD 80 milhões pela rescisão. Os CFM já pagaram a última prestação no montante de USD 11.25 milhões em Outubro de 2019.

Planos de investimentos futuros: 2020 – 2024

O investimento global previsto para o triénio de 2020 – 2024 ascende a 24.447 mil milhões de Meticals considerados prioritários e serão, por isso, efectuados através de fundos próprios, como segue:

Subprojectos	Em Milhares de MZM				
	2020	2021	2022	2023	2024
Vias e Obras de Arte	1,814,292	5,675,315	206,665	481,113	481,113
Edificações	337,550	122,000	-	-	-
Obras Portuárias	440,591	3,844,834	2,104,500	2,806,000	1,403,000
Sinalização e Telecomunicação	69,365	207,400	-	-	-
Infraestruturas e Equipamentos Informáticos e Outros	1,350,763	-	-	-	-
Materiais Circulantes	3,083,681	-	-	-	-
Equipamentos Portuários	18,750	-	-	-	-
Total do Investimento de Capital	7,114,991	9,849,549	2,311,165	3,287,113	1,884,113

Projecto Integrado da Ponte Techobanine

O Projecto Integrado do Porto de Techobanine tem por objecto a construção, manutenção e operação das seguintes infra-estruturas:

- Um porto de águas profundas;
- Um terminal de carvão com capacidade inicial de 40 milhões de toneladas por ano;
- Diversas ligações ferroviárias;
- Um SPM para descarga de combustíveis e correspondente "pipeline".

Para o Distrito de Matutuíne, está previsto o desenvolvimento de um enorme pólo-industrial que irá ter grande impacto na vida económica e social daquele distrito. Este projecto proporcionará o desenvolvimento da actividade industrial, comercial, social e turística bem como dos acessos ferroviário e rodoviário através de sub-projectos específicos na zona franca industrial, e ocupará uma área global de 22,382.4 hectares, com parte da área junto à costa designada por zona portuária e uma área localizada no interior, no perímetro da localidade de Salamanga.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



Pretende-se que estas zonas sejam transformadas em zonas económicas especiais e o valor do investimento para a primeira fase do projecto (estudo de viabilidade, técnicos e ambiental) está orçado em mais de USD 1.5 milhões. Previa-se que ao longo do ano 2018 iniciassem aos estudos necessários que, dada a complexidade envolvida, deverão estender-se por um longo período. Para além dos parceiros originais, Moçambique, Botswana e Zimbabwe, o projecto prevê agora a entrada da África do Sul e Suazilândia como novos parceiros.

Processo de inventariação e reavaliação do património

Está em curso o processo de inventariação dos activos dos CFM, conduzido por um consultor contratado para o efeito. A finalização estava prevista para 2017 mas foi revista para o decurso do ano de 2019 devido a questões de natureza estrutural. O resultado desta inventariação e reavaliação do património está previsto para o exercício de 2020.

32. Eventos subsequentes

Retomada da gestão do Porto de Nacala pelo CFM, EP. após fim de concessão á CDN.

O Governo de Moçambique, decidiu através do Decreto nr.98/2019 de 31 de Dezembro, aprovação o fim do contracto de concessão celebrado entre o Governo de Moçambique e a Sociedade Corredor do Desenvolvimento do Norte – CDN. A exploração comercial do serviço portuário no perímetro da concessão portuária do Porto de Nacala passa a responsabilidade da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique e revoga o Decreto nr.20/2000 de 25 de Julho, com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2020. Com a retomada do Porto de Nacala cuja actividade principal é o manuseamento da Carga Geral e dos Contentores, além do Terminal de Líquidos á granel, a empresa perspectiva incrementar o nível dos seus rendimentos e ganhos no ano seguinte; na mesma linha, a empresa terá de incrementar o numero de trabalhadores vindos da concessionaria e conseqüente incremento de custos com o pessoal. Na componente de Investimentos, perspectiva-se executar pequenos investimentos de modo a manter o nível de eficiência do Porto aos Standard Internacionais.

Impacto da Pandemia do Coronavírus, COVID-19

Já nos finais de 2019 ao nível dos países como China e alguns países da Europa, assistiu-se a uma doença que em muito pouco tempo espalhou-se pelo Mundo inteiro, de tal modo que a Organização Mundial da Saúde, a OMS decretou uma pandemia Mundial do COVID-19. Foi neste contexto que o Governo de Moçambique, em meados de Março foi obrigado a tomar medidas de nível 1 para controlar o nível de infecções desta doença através das fronteiras Moçambicanas impondo não só o controlo nas fronteiras, mas também introduziu o sistema de necessidade de fazer-se quarentena voluntária.

Entretanto o COVID-19 muito rapidamente espalhou-se pelos países da região nomeadamente Africa do Sul, Eswatini, Zimbabwe e demais países do *interland* e estes países forma obrigados a adoptar medidas de *Lockdown* que foi a decretada do estado de emergência do nível 4, o que tem impacto imediatamente na relações de comércio internacional .

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticals)



No âmbito das acções tendo em vista à prevenção contra a contaminação do Coronavírus e em alinhamento com as orientações do Governo, a Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) determinou a adopção de um conjunto de medidas a serem cumpridas nos Portos, Sistema Ferroviário, bem como nos sectores de produção da Empresa.

As medidas, cingem-se nos seguintes termos:

- Elaboração e divulgação de mensagens esclarecedoras sobre o COVID-19, disseminadas através de canais internos como sejam, comunicações internas, email e grupos de *whatsApp*, bem como através da imprensa (escrita e televisiva).
- Suspensão temporária do uso de acesso biométrico aos locais onde está instalado.
- Higienização das mãos dos trabalhadores (desinfecção das mãos ao entrar e ao sair das salas ou áreas de trabalho) e passageiros que tomam os comboios.
- Aquisição e colocação, em todos os sectores da empresa (Sede, CFM-Sul, CFM-Centro e CFM-Norte), de dispensadores com gel em álcool, bem como pulverização e desinfecção das carruagens e estações e pátios adjacentes.
- Portas e janelas permanentemente abertas dos locais de trabalho.
- Manter os focos de possível contágio sempre limpos (maçanetas, corrimões, balcões, secretarias, teclados e mouses de computadores, entre outros).

À par dessas medidas e face a declaração do Estado de Emergência a vigorar de 1 a 30 de Abril de 2020, o CFM passa a praticar o horário laboral único, à excepção das áreas operacionais, que continuarão a praticar o horário em regime de turnos, contudo obedecendo a rotatividade anunciada pelo Governo.

Todo o trabalhador com sintomas da doença deve permanecer em casa, até que seja declarado saudável pelas autoridades da saúde. Nestes casos deverá ser portador de um comprovativo da sua situação, no seu regresso ao trabalho.

De igual modo, faz parte das orientações que, todos os trabalhadores que se encontrem de viagem no estrangeiro, no seu regresso devem observar um período de quarentena correspondente a catorze dias a partir da data do seu regresso, devendo informar ao seu superior hierárquico, quer por telefone, email e outros meios que não exijam a sua deslocação ao local de trabalho.

De uma maneira geral, a situação da COVID-19 irá impactar significativamente no desempenho da Empresa, na medida em que afecta o cumprimento dos objectivos e metas traçadas para o ano de 2020. Ou seja, haverá redução de manuseamento e transporte de carga e passageiros nas áreas Ferroviária e Portuária.

Refira-se para já, que com o *lockdown* implementado ao nível de alguns países vizinhos da África Austral nomeadamente África do Sul, Zimbabwe e Eswatine nota-se a suspensão temporária de circulação de comboios na linha de Ressano Garcia bem como uma tendência de redução de volume de carga manuseada nos portos nacionais.

Como forma de garantir a sustentabilidade das operações ferro portuárias não suspensas e da continuidade de funcionamento da empresa, urge de imediato rever e adiar a execução de alguns projectos de investimento previstos para o corrente ano de 2020.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticais)



Nessa óptica, o Conselho de Administração, além das medidas a cima elencadas, decidiu adoptar políticas de austeridade por via de redução de certos custos e gastos não imprescindíveis como adiantamento da execução de alguns investimentos para pós COVID-19, nomeadamente:

- i. Dragagem do Porto de Quelimane;
- ii. Reabilitação de obras de arte na linha de Ressano Garcia;
- iii. Instalação de algum equipamento oficial;
- iv. Diverso equipamento e sistemas de modernização da rede de comunicações e diverso activo de sistemas e de tecnologias modernas de informação, entre outros.

A suspensão ou o adiamento dos referidos investimentos, resultará na retenção de cerca de mais de mil milhões de Meticais e representará à partida uma redução de investimentos previstos para 2020 de cerca de 15%, conforme ilustração na tabela resumo abaixo:

Meticais

ITEM	DIRECÇÕES EXECUTIVAS	Aprovados	Retificados	(Retificado/ Aprovado)- 1
1	SEDE	1.270.927.434	685.406.846	-46%
2	CFM SUL	1.293.987.903	1.066.074.355	-18%
3	CFM CENTRO	803.353.424	651.248.397	-19%
4	CFM NORTE	271.621.472	193.518.893	-29%
5	BRLM	3.475.100.931	3.475.100.931	0%
	TOTAL GLOBAL (MT)	7.114.991.164	6.071.349.422	-15%
	TOTAL GLOBAL (USD)	114.757.922	97.924.991	-15%

O CFM tem em manga um plano integrado de coordenação com todos parceiros e actores na cadeia logística da actividade ferro-portuária, no sentido de adopção de medidas de recuperação dos volumes perdidos face ao COVID-19, através de reaproveitamento conjunto do máximo possível das capacidades existentes para produção, transporte ferroviário e manuseamento portuário das cargas.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a actividade e rendibilidade da organização será afectada em menor ou maior grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita a situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos activos, considera-se que se mantém aplicável o princípio de continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de Meticais)



Financiamentos a empresa por capitais alheios previstos para o ano 2020

O CFM está a executar o Projecto de Investimento na Reabilitação da linha de Machipanda – Fase I, que consistirá na elevação da actual capacidade nominal de 1,0 milhão de toneladas por por ano (MTPA) para 3 MTPA e de melhoria de segurança da mesma no transporte ferroviário de pessoas e de carga, com duração estimada da empreitada de 2 anos, avaliado em cerca de USD 150,0 milhões, para os quais foi mobilizado financiamento junto da banca comercial local, na proporção de *debt / Equity* de 80:20, sendo USD 120,0 milhões provenientes da banca e USD 30,0 milhões com recurso a fundos próprios do CFM.

Havendo necessidade de aumentar a capacidade de transporte de pessoas e de carga nos sistemas ferroviário Sul e Centro, está em processo de mobilização um financiamento junto do EXIM Bank da Índia no valor de USD 95,0 milhões através de Acordos de Retrocessão, com objectivo de aquisição de meios circulantes (carruagens, locomotivas e vagões), o qual se encontra na fase de *procurement* internacional para aquisição.